

TEMPO DE RUPTURA*

Esta publicação surge da necessidade de rompermos com diversas teorias e práticas dominantes no movimento “dito” socialista. A revista *Ruptura* é, ela mesma, uma forma de rompimento. Se na sua forma ela é igual a outra revista, *no seu conteúdo ela é radicalmente diferente*. Portanto, é no seu conteúdo que ela rompe com as demais publicações do mesmo tipo. Esse rompimento se dá ao negar a cultura política autoritária e vanguardista que predomina nas “esquerdas” brasileiras.

Essa cultura autoritária se baseia na ideia de que seu grupo é o “proprietário” das virtudes revolucionárias e, portanto, é o único verdadeiramente revolucionário. Todos os grupos que se pretendem revolucionários se julgam os únicos e negar isto seria cinismo. Entretanto, os grupos autoritários não se julgam revolucionários somente em relação aos outros grupos, mas também em relação às massas. Essa autonomia absoluta conquistada em relação à classe trabalhadora lhes permite criar um “monismo intelectual e teórico” impenetrável e que lhes reserva o monopólio da teoria e prática revolucionárias. Assim, eles criam em torno de si uma espécie de “castelo kafkiano”, inexpugnável como as muralhas de Jericó.

Um movimento político não-autoritário reconhece que *a classe operária é o sujeito histórico da revolução comunista*. Portanto, ele sente sua dependência da luta operária e do desenvolvimento histórico-concreto das sociedades contemporâneas. Isto significa aplicar a concepção materialista da história ao próprio movimento revolucionário e às ideias geradas por ele em contraposição à concepção metafísica da história que autonomiza os grupos “revolucionários” (partidos, tendências, etc.) como se eles possuíssem um desenvolvimento iminente e independente das classes sociais, das lutas de classe e do movimento histórico da sociedade capitalista. Portanto, a concepção materialista da história nos previne da autonomização e da separação dos grupos “revolucionários” em relação à classe operária e, conseqüentemente, do vanguardismo, do autoritarismo e do burocratismo.

* Editorial da Revista *Ruptura* nº 1, lançada em maio de 1993.

Por isso, as mudanças históricas devem ser reconhecidas e acompanhadas e o debate com as outras correntes políticas é necessário para aprofundar posições, corrigir erros observar efetivamente as novas questões e necessidades sociais, etc. Além disso, consideramos necessário tratar de temas “distantes” da luta política imediata para superarmos o praticismo empobrecedor e o reducionismo politicista dos grupos autoritários. Nesse sentido, a revista ruptura produzirá e reproduzirá textos sobre os mais variados temas, tais como: cultura, estética, ética, dialética, ecologia, o cotidiano, ideologias contemporâneas, humanismo, autogestão, individualismo, burocracia, etc.

Com isso evitamos as consequências do grupismo: tese da inferioridade intelectual das massas (daí as publicações “simplistas” e cheias de “vulgarizações”), monismo teórico, o não atendimento das demandas culturais da sociedade, medo do debate, mediocridade e superficialidade teórica, etc. Assim, pretendemos contribuir com a formação de uma cultura socialista revolucionária que seja expressão teórica do movimento operário.

Outra ruptura necessária é com a defesa do capitalismo de estado da URSS e do Leste Europeu. Isto significa romper não só com a defesa desses países, mas também com a defesa ideológica expressa na tese do caráter socialista atribuído a estas sociedades. A maior dificuldade em reconhecer o caráter capitalista da URSS está no fato de que isto leva ao questionamento da origem do capitalismo de estado: a usurpação do poder dos conselhos operários pelo partido bolchevique de Lênin, Trotsky e Stálin. Isto, obviamente, compromete o Leninismo, o Trotskismo e o Stalinismo, que ao reconhecerem seu papel no processo da contra revolução burocrática teriam que abandonar suas posições.

Desmascarar o capitalismo de estado e superar o bolchevismo é uma necessidade atual e a crise das sociedades capitalistas da Europa Oriental e da URSS abrem amplas perspectivas neste sentido.

A crise do capitalismo de estado da URSS e do Leste Europeu ainda não está resolvida. Após a sua fase de industrialização acelerada - já que o capitalismo estatal surge apenas em países em transição para o capitalismo ou em sociedades capitalistas atrasadas - o capitalismo de estado entra na sua fase “estacionária” ou,

para ser mais exato, entra na fase em que o desenvolvimento das forças produtivas é muito mais lento em comparação com o capitalismo privado. A burocratização generalizada da sociedade diminui a liberdade de concorrência de capitais individuais e com isso a necessidade de “revolucionar constantemente os meios de produção” é atenuada e incentivada mais pela competição internacional do que pela dinâmica interna do capitalismo de estado. O “olhar disciplinador” que percorre toda a vida social, a falta de liberdades políticas que criam as “ilusões parlamentares”, as poucas opções de lazer e de escapismo, fazem com que o trabalho alienado se torne insuportável e os “incentivos materiais” (que a URSS importou da Europa Ocidental) não conseguiram resolver o problema da baixa produtividade do trabalho.

O atraso tecnológico e econômico da URSS unido com a crise econômica e a queda do nível de vida dos soviéticos gerou o acirramento das contradições sociais e, conseqüentemente, o aumento da mobilização social e da contestação. A mais forte fração da classe dominante, a burocracia conservadora, evitou a autoconsciência da crise do regime burocrático e por isso foi ultrapassada pela burocracia reformista - que pretendia, sob a liderança de Gorbachev, “mudar para permanecer” - apoiada pela burocracia liberal.

A burocracia reformista - os déspotas esclarecidos - com a Glasnost e a Perestroika, a pressão popular, a influência ocidental, etc. perdeu o controle da situação e se viu na posição do feiticeiro que criou um feitiço que depois se voltou para contra ele. A burocracia conservadora ao notar isso declara, numa tentativa desesperada, o golpe de estado. A derrota do golpe significou a queda tanto dos conservadores quanto de reformistas. A burocracia liberal, liderada por Boris Yeltsin, saiu vitoriosa, mas se encontra num beco sem saída: como a burguesia de estado – Burocracia – poderá se transformar em burguesia privada? O Estado continua controlando os preços e incentivando certos mecanismos de mercado, mas a forma de propriedade burguesa continua sendo o “coletivismo burocrático” e não a propriedade privada individual. Portanto, a burocracia ou resolve este impasse ou abre espaço para a revolução autogestionária.

Entretanto, o fracasso do capitalismo estatal não demonstra que o capitalismo privado seja “estável”. Este não só é instável como atravessa mais uma

de suas crises costumeiras. A formação dos blocos econômicos não são mais do que uma resposta à atual crise do capitalismo mundial. Isto significa que o rompimento com o capitalismo privado é tão necessário quanto o com o capitalismo de estado.

O capitalismo brasileiro aprofunda sua crise econômica e o resultado é o arrocho salarial e a queda do nível de vida. O Estado Brasileiro não está cumprindo sua função de controlar as crises do capitalismo e com isso reforça como seu “ponto forte” desviar a atenção das classes exploradas para a arena da Democracia Burguesa. Por isso, também é tempo de ruptura com o neopopulismo petista e com a democracia burguesa que buscam legitimar a sociedade capitalista.

A participação interna no PT não se justifica há muito tempo e tornou-se contrária aos interesses da classe trabalhadora. A tese da defesa do ponto de vista do proletariado dentro do partido e da busca de influenciá-lo num sentido mais à esquerda está ultrapassada. A burocratização crescente do PT afastou as bases e, conseqüentemente, o ponto de apoio necessário para pressionar a sua Direção conservadora. Assim, ele assumirá uma posição cada vez mais conservadora e cabe ao movimento revolucionário combatê-lo em sua ação sobre a sociedade. A expulsão de tendências mais à esquerda no partido (Convergência Socialista, Causa Operária) nos anos anteriores demonstram o caminho direitista que o partido está seguindo. As outras correntes mais à esquerda no partido (O Trabalho, Brasil Socialista, etc.) se alinham com as forças de centro (MTM, Força Socialista, Democracia Socialista, etc.) famosas por executarem uma política vacilante e oportunista, geralmente indo a reboque das tendências direitistas (Articulação, Vertente Socialista, Nova Esquerda). A decisão dos grupos de esquerda em continuar no partido significa nada mais nada menos do que *sua capitulação diante do reformismo*. Ao se submeterem ao “fetichismo do partido” e a “comodidade” da organização partidária revelam sua incapacidade de autogerirem suas lutas revolucionárias e assim reproduzem a alienação. Se integram no partido que, por sua vez, está integrado na sociedade capitalista.

A classe dominante se utiliza do PT, de mobilizações do tipo “Fora Collor” e do plebiscito, para iludir as massas e desviá-las da luta direta para a democracia burguesa, agora uma forma de dominação “novamente legítima”.

A Frente Socialista, atualmente movimento Pró-PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado -, com seu desenvolvimento contraditório, apresentava-se como uma possibilidade de formação de uma associação de movimentos revolucionários, devido a isto o Movimento Conselhistas participou de sua formação em Goiás. Entretanto, o seu desenvolvimento comprovou que a autocrítica de alguns de seus grupos, além de limitada, se concretizava mais ao nível do discurso que no da prática.

O Movimento Pró-PSTU não conseguiu ultrapassar a tendência mais forte dos grandes agrupamentos políticos: a reprodução, no seu interior, da sociabilidade capitalista e da ideologia burguesa. O predomínio do poder econômico, o culto da personalidade, a falta de democracia interna, o desrespeito à especificidade e autonomia dos movimentos sociais, a autonomização da direção (burocratização), já estão esboçadas no PSTU e tendem a se aprofundar. Aliás, esta tendência tanto se torna mais forte quanto mais cresce a organização partidária e passa de concretização parcial à total. Isto sem falar nas concepções políticas atrasadas de algumas correntes, inspiradas no bolchevismo, e nas ambiguidades de outras, sendo a Convergência Socialista e o PFS - ex-PLP, ex-CGB - os respectivos exemplos. Além disso, some-se o que os autonomistas italianos chamavam de "o fetichismo da organização", que é predominante no PSTU, e veremos os principais motivos do rompimento do Movimento Conselhistas com tal agrupamento político. É tempo de ruptura também com o PSTU.

Essas críticas às outras correntes políticas servirão para elas fazerem uma autocrítica ou aperfeiçoarem suas teses. Daí a importância do debate e da revista *Ruptura*. Aliás, a revista *Ruptura* está aberta à todas as correntes políticas e todos os indivíduos que discordarem das colocações aqui apresentadas para que manifestem suas posições, respeitando-se, é claro, o padrão de tamanho da revista e os padrões mínimos de qualidade. Esta é uma posição diferente das dos grupos autoritários que tentam conquistar a "hegemonia" impedindo as vozes discordantes de se manifestarem. Por tudo isso, o Movimento Conselhistas continuará publicando a revista *Ruptura* e autogerindo suas lutas no combate pela autogestão social.